

Mauro Cerbino  
coordinador

Volumen I  
Más allá de las pandillas:  
violencias, juventudes y resistencias  
en el mundo globalizado



© De la presente edición:

**FLACSO, Sede Ecuador**

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro

Quito-Ecuador

Telf.: (593-2) 323 8888

Fax: (593-2) 3237960

[www.flacso.org.ec](http://www.flacso.org.ec)

**Ministerio de Inclusión Económica**

**y Social - MIES**

Edificio Matriz, Robles No.850 y Páez

Quito Ecuador

Telf.: (593-2) 398 3000

[www.mies.gov.ec](http://www.mies.gov.ec)

ISBN: 978-9978-67-296-9

Cuidado de la edición: Santiago Rubio Casanova

Diseño de portada e interiores: Antonio Mena

Imprenta: Crearimagen

Quito, Ecuador, 2011

1ª. edición: septiembre de 2011

# Índice

Presentación .....	7
Introducción	
Desencajamiento y crítica del conocimiento sobre jóvenes .....	9
<i>Mauro Cerbino (Coord.)</i>	
Anatomising Gang Talk .....	25
<i>Simon Hallsworth</i>	
Jóvenes víctimas de violencias y pandillas, claves de intelección para una aproximación crítica .....	47
<i>Mauro Cerbino</i>	
Identificaciones de guerra. Rituales de hermandad entre jóvenes delincuentes en la Argentina contemporánea .....	73
<i>Alejandro Isla</i>	
De las pandillas a la cárcel: vivencias de la detención .....	93
<i>Cristina Oddone y Luca Queirolo Palmas</i>	
The different faces of Russian street gangs .....	121
<i>Svetlana Stephenson</i>	
‘Cocaine Queens?’: the transnational transfer of anti-feminist backlash .....	153
<i>Jennifer Fleetwood</i>	

<b>Las normas del crimen y los jóvenes de San Pablo (portugués)</b> .....	177
<i>Marisa Feffermann</i>	
<b>Glocalidades, deseos legítimos e ilegítimos: el gran Torino y la Virgen de los Sicarios</b> .....	197
<i>José Antonio Figueroa</i>	
<b>La Mara como ejercicio de contrapoder</b> .....	211
<i>Hugo César Moreno Hernández</i>	
<b>El éxito de las pandillas. El fracaso del periodismo</b> .....	235
<i>José Luis Sanz</i>	

#### **Contenido del DVD**

Conferencias magistrales de:

- Teresa Caldeira, Universidad de Berkeley, California, USA.
- Jeff Ferrell, University of Texas at Austin, USA.
- José Manuel Valenzuela, El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, México

# Las normas del crimen y los jóvenes de San Pablo

Marisa Feffermann\*

Uma das questões mais polêmicas da sociedade atual, o tráfico de drogas, não é um fenômeno recente. O consumo de drogas sempre existiu, desde os primeiros tempos da humanidade, para fins religiosos, terapêuticos ou mesmo alimentícios. O problema é a dimensão que o comércio de drogas atingiu nas últimas décadas e sua importância política e estratégica.

Hoje, no entanto, ‘metáfora da destruição’, ‘um dos ícones do mal’, é a condição que o tráfico de drogas ocupa na cultura contemporânea. Agrega-se, dessa forma, a percepção da droga como elemento de *destruição*, e de *desagregação*; desta maneira, há a necessidade geopolítica de se combatê-la militarmente e manter sob controle os países da América Latina e da África. A intolerância para com outras culturas é um acento desse processo.

O controle de drogas é uma forma do Estado exercer e expandir o seu domínio sobre a conduta dos homens e das populações no sentido mais amplo. Isso se soma ao projeto de saneamento da sociedade, que propõe disciplinar o uso dos espaços públicos e particulares. O campo da lei passa a conter os dissonantes, os perigosos, os anormais, os subversivos. Com essa realidade, uma economia produtora e reprodutora do controle do crime surge, gerando empregos úteis e dando potência a inúmeros setores da economia legal.

---

\* Psicóloga del Instituto Paulista. Maestra de la IP / SP / USP Centro para la Investigación de Políticas Públicas - NIPPS

Os circuitos de ilegalidade, estimulados e criados por leis que impuseram proibições, geram dinâmicas e violências próprias, efeitos de poder da imposição primeira que foi a da criminalidade, e que justifica a segurança desenvolvida para enfrentá-las.

Resultante da promiscuidade existente entre o legal e o ilegal, a hegemonia do cinismo prevalece. A violência, tornada banal, permite a transgressão de qualquer conceito de cidadania. A fronteira entre o legal e o ilegal se torna então tenuidade.

A *globalização* tende a responder a uma necessidade de legitimidade e dissimulação do poder econômico e político, poder assimétrico de domínio/dependência, que facultou a difusão e o auge das políticas neoliberais.

A *globalização* faculta um fluxo relativamente livre de capitais por meio de sistemas informatizados que induz à expansão desta indústria ilegal. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica.

Com a expansão do mercado clandestino e da criminalidade, a questão das drogas fugiu a qualquer tipo de controle, ocorrendo o desenvolvimento de organizações criminosas complexas, que têm ligação direta com o mundo oficial, legal.

As relações entre traficantes de drogas e entre estes e o Estado (aparatos repressivos e outras instâncias políticas) são estabelecidas pela cooperação e pela confrontação. Pode-se caracterizar esses traficantes como empresários de um setor econômico ilegal que buscam acumular capital, reinvestir parte dos lucros, conquistar mercados, e diversificar investimentos, mesmo considerando todas as particularidades impostas por tal situação jurídica. Frise-se que o surgimento do capitalismo industrial e da economia em conformidade com a ordem legal tiveram sua origem no mercantilismo, sustentado no tráfico de sedas, drogas e pessoas.

Interessa notar que alguns característicos básicos do tráfico de drogas: a manutenção de redes internacionais para o escoamento de produto ilegal; a conquista de territórios (áreas de influência); a confecção de códigos de conduta intragrupais em organizações hierárquicas; a solução frequentemente violenta de disputas; a influência no aparato repressivo estatal, e, em outras instâncias de governo, serão imprescindíveis para o crescimento da indústria do tráfico.

Esta desvinculação do sistema financeiro da base material da produção torna propício o crescimento de grandes proporções do tráfico de drogas, que, se insere na economia mundial global. E de tão integrada, confunde-se com esta economia. A procura e o consumo de drogas geram e asseguram enorme rendimento e altíssimo acúmulo de capitais, convertendo o tráfico de drogas no segundo grande negócio mundial –depois do de armas– capaz de destruir a imagem de países e redefinir mapas políticos.

Neste contexto em que o capital se faz ubíquo, o índice de desemprego se eleva, as relações de trabalho se tornam precárias, a tecnologia se afirma cada vez mais avançada (especialmente nos meios de comunicação), formando redes e circuitos, contexto no qual o Estado-nação está sendo enfraquecido e a desregulação perpassa todos os espaços da sociedade, o crime global tem campo propício para sua permanência e proliferação.

A globalidade do crime está intimamente associada à forma como hoje o capital se estrutura e um dos seus característicos é a conexão flexível das atividades comerciais por meio das redes internacionais.

Valendo-se da globalidade econômica e das novas tecnologias de comunicações e de transportes, as organizações criminosas operam cada vez mais de forma transnacional. As estratégias assemelham-se às utilizadas na economia global vigente: instalam a produção e a gerência em áreas nas quais os traficantes detêm um relativo controle do meio institucional, isto é, territórios de baixo risco, e priorizam as áreas com procura mais afluente, nas quais podem cobrar preços mais elevados.

A globalidade do crime permite que a organização nos diversos países institua alianças estratégicas no intuito de cooperar com as transações de cada organização, por meio de acordos de subcontratação, prática esta que “acompanha de perto a lógica organizacional” como “a empresa em rede” (Castells, 2000: 205). Afora isso, grande parte da receita dessas atividades é “lavada”, através dos mercados financeiros internacionais. Esse processo precisa ocorrer com grande mobilidade e flexão, considerando que é justamente este movimento constante que impede o rastreamento pelos órgãos de regulação e repressão competentes.

O tráfico de drogas procura manter o controle estrito sobre o seu território, não só impedindo que outros traficantes lá se estabeleçam, mas

também controlando parte da vida comunitária. É construída a “cultura da droga” num espaço social abandonado pelo Estado, no qual as políticas públicas visam atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às exigências da sociedade civil ganha destaque.

Oliveira (2003: 51) aponta esta relação intrínseca entre o capitalismo legal e o dinheiro oriundo de atividades ilegais: “a história está a nos mostrar cotidianamente que o capitalismo ‘honrado’ e ‘civilizado’ e o mafioso nunca andaram muito longe, e um aprendeu com o outro, e freqüentemente se retroalimentam”.

Se esta relação já era próxima, com o advento da globalidade esse processo acirrou-se. Paralela ou conjuntamente a reestrutura do capital, nota-se o crescimento do crime global, e “a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral”. (Castells, 2000: 203)

Embora o tráfico de drogas seja um fenômeno mundial é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral.

O Brasil é marcado pela desigualdade socioeconômica e pelo esgarçamento do tecido social, que se mostra na afronta às leis e à autoridade através das transgressões e violências. Se, de um lado, esta afronta pode pa-recer resistência à ideologia dominante, de outro, aparece como reforço dessa ideologia, por exemplo, no tráfico de drogas. Nesse quadro, pode-se considerar o consumo abusivo de drogas como um dos elementos que contribuem para a desintegração da sociedade. Problema muito complexo e contraditório é a questão da legalidade do uso de drogas: o preconceito, o moralismo, e o jogo de interesses econômicos impedem que um debate seja realizado em bases esclarecedoras.

Nesta realidade, vive-se uma tensão onde a violência está disseminada por toda parte. Assim, se mantém a lei do silêncio e o medo permeia quase todas as relações, cumprindo sua função como um dos mecanismos mais eficazes de dominação.

Esse cenário contemporâneo admite a expansão de regiões de comércio e de consumo de drogas “cujas regras, princípios, hierarquias e ética colocam-se à margem dos próprios princípios que norteiam a institucionalização dos direitos e respeito à vida”. (Adorno, 1996: 14)

O Estado brasileiro sempre atuou de forma repressiva no combate às drogas. A polícia quando age de forma arbitrária passa a exercer o papel de legislador, no intuito de mostrar eficiência no trabalho.

A infra-estrutura do tráfico de drogas, no país, foi instituída sobre a preexistente organização do bicho, do contrabando, do roubo e do desmanche de carros. E a lavagem de dinheiro, a partir da imensa evasão fiscal e emissões clandestinas de capitais ao exterior.

A caracterização do tráfico de drogas como crime organizado é polêmica, uma vez que as regiões têm meios distintos de atuação. Apesar de todo o processo global, os característicos locais imprimem um funcionamento próprio. Neste trabalho, o foco específico é a capital de São Paulo, considerando a sua conexão com a dinâmica global.

Raul Cervini Sández (1995: 136) afirma que o maior custo social proveniente do tráfico de drogas organizado refere-se ao impressionante aparato de corrupção que ele promove nas esferas oficiais e particulares, corrupção essa facultada pela volumosa quantidade de dinheiro posta à sua disposição.

O tráfico de drogas está inserido na sociedade em um modo de produção estabelecido, sob a égide de leis objetivas do capital, que coloca o homem como mais uma das mercadorias do jogo econômico. O tráfico, como uma indústria de drogas ilícitas, é uma forma de inserção ilegal de uma parcela da juventude no mundo do ‘trabalho’. Ainda mais, o desemprego estruturado acirrado pelo processo de *globalização*, dificulta o ingresso de jovens no mundo do trabalho legal. O tráfico de drogas, como qualquer indústria, funciona sob a mesma lógica; desta forma, os ‘trabalhadores’, em todas as etapas de produção, são *sacrificados*, e passam por idêntica dominação e pelos sofrimentos advindos das condições sociais injustas reproduzidas na sociedade. Este ‘trabalho’ é também alienado e mediatizado pela economia burguesa. A diferença é que o valor da *força de trabalho* pode de forma explícita significar a própria vida. Nesta pesquisa, considerou-se o tráfico como forma de organização denominada de

‘trabalho’, informal e ilegal, que emprega grande número de jovens na sua estrutura.

Os jovens envolvidos no tráfico de drogas constituem-se por influência desta realidade objetiva. Uma malha que os enreda a cada movimento. Neste emaranhado de fios, que se entrelaçam e se desfazem, vão construindo a sua forma de estar no mundo. Em condições que podem ser consideradas quase irracionais. Beirando à barbárie, em que a palavra e/ou a reflexão é substituída pela força.. No entanto, a todo momento existe a tentativa de se justificar ideologicamente a atuação dos mecanismos repressores como garantia de uma vida mais digna para todos os cidadãos. Desta forma, o Estado se utiliza do seu poder legítimo de força para imprimir o seu princípio, e das artimanhas dos meios de comunicação para corroborar com este propósito.

É uma quimera pensar que num contexto em que uma imensa desigualdade social, e grupos sociais muito pobres, com elevado índice de desemprego e de subemprego, os jovens, atraídos pela possibilidade de um ganho econômico, rápido, impossível de ser obtido no contexto socioeconômico vigente, serão intimidados com a mera perspectiva de punição penal, o que revela novamente a insuficiência do modelo repressor.

Assim, uma inquietação perpassa todo este estudo, que é: “descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno e Horkheimer, 1985: 11).

## A realidade de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo tem aproximadamente 19 milhões de habitantes. A cidade de São Paulo, uma megacidade<sup>1</sup> (Rolnik, 2001: 75), que reúne inúmeras culturas e credos, conectada à economia mundial e nacional, “no entanto, é uma cidade partida, cravada por muros visíveis e invisíveis, que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e

---

1 “Critério utilizado pela ONU, a marca de 10 milhões de habitantes, serve para definir as megacidades do planeta”.

transformando seus espaços públicos em praças de guerra” (Rolnik, 2001: 10)

A urbanização do município de São Paulo ocorreu segundo a lógica do mercado, com base na organização espacial da classe dominante e de seus negócios, que assim orientou o crescimento urbano. A especulação e o mercado tornaram-se o eixo de expansão da cidade. Os interesses do Estado e do capital imobiliário confundiam-se, permitindo que empreendimentos ilegais pudessem se realizar sob marco legal.

A indústria deixou de ser um meio para absorção de mão-de-obra, e o setor de serviços não tem a capacidade de substituí-la, e se está diante de uma realidade quase insolúvel em relação a alguns tipos de emprego. Transforma-se o perfil dos trabalhadores: aumenta o número de trabalhadores sem carteira assinada e de autônomos.

A estrutura urbana segregadora concretiza-se cada vez mais, as repercussões desta realidade de confinamento são visíveis particularmente nas populações de menor renda e grau de escolaridade. As barreiras estão à mostra, através de muros e grades, fragmentando a cidade, impedindo o contato com o outro que não pertença à mesma classe social. O sentido de cidadania se esvai, o discurso do medo e da insegurança invade todos os espaços, impedindo que se enxergue esta realidade.

Esta pesquisa, parte de uma perspectiva sócio-histórica do tráfico de drogas no mundo e na periferia de São Paulo, entendendo que estas práticas são indissociáveis do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Considera-se que o indivíduo tem significação e se ressignifica na relação com o meio que o cerca. Processo este que é construído historicamente.

Com base nestes aspectos apresentados à CPI do Narcotráfico, é possível pensar que ocorreu a construção de uma organização do crime em São Paulo? Algumas manifestações contra o Estado, em 2003, foram relacionadas ao crime organizado no Estado de São Paulo, primordialmente com a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção de maior influência no Estado. Está-se diante de um grupo que contesta os poderes instituídos.

Alguns juristas e jornalistas acham possível a existência de crime organizado, ao considerar as manifestações sob a organização do PCC –Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. Apresentar-se-á algumas opi-

niões de jovens entrevistados nesta pesquisa, as quais revelam que o PCC é uma realidade. Alguns jovens que foram presos afirmam que já foram convidados a entrar no Partido<sup>2</sup>.

O Primeiro Comando da Capital (PCC), organização surgida nos presídios paulistas, que propunha uma convivência entre os presos, pautada em *lealdade*, *respeito* e *solidariedade*. Constitui-se uma irmandade, que possui regras. O ingressante desta organização é denominado irmão, são batizados e devem cumprir todos os pontos do Estatuto; outros estão na posição de *primo*, que devem estar sempre dispostos a ajudar um *primo em situação de necessidade*. O Estatuto afirmava que os ideais de *liberdade*, de *justiça* e de *paz*, visando a *paz entre os ladrão*, depois foi adicionado o princípio de igualdade entre os membros do PCC.

Existe um consenso nas contribuições destes autores, de que esta organização é fruto de deficiência do próprio Estado, ou seja, políticas de Segurança Pública e do sistema penitenciário. Como afirma Blat, (2003: 33): “colocar cento e tantas pessoas dentro de um cubículo acaba gerando uma justa reivindicação, então existiu uma mobilização entre os presos comuns nesse sentido de querer melhores condições de habitabilidade, comida, etc”.

“Entre os anos de 1820 e 1845 já se criticava, entre outros pontos, o fato de que a prisão favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as complicitades futuras” (Foucault, 2004: 221-222).

Segundo Porto, (2003: 33), a falha do Estado foi a principal responsável pela constituição desta organização; os líderes do PCC eram presos comuns, “praticaram crimes dentro do sistema porque sofreram uma série de abusos e até como forma de sobreviver”. Esta organização está crescendo e consegue apoio de todos que estão dentro da unidade prisional, e “assim vão se multiplicando.

Ao falar da realidade de São Paulo, Amorim (2003: 34) afirma que o PCC é a força hegemônica que “cresce numa velocidade alucinante. Aparentemente, controla 30 mil detentos em todo o estado [...] Ser do ‘partido’ é uma espécie de credencial que atesta a qualidade do crimino-

---

2 Primeiro Comando da Capital.

so”. Segundo o autor, as autoridades subestimaram esta organização que criou raízes em quase todo o sistema carcerário paulista.

O Primeiro Comando da Capital ficou conhecido em 1993, quando pessoas ligadas ao sistema penal paulista escreveram relatórios informando sobre a existência e o crescimento do grupo [...]. Em 1996, o *estatuto* do Primeiro Comando da Capital começa a circular no interior das penitenciárias. O documento, tornado público durante a rebelião de 2001, foi publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 1997, por meio de um requerimento encaminhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, que discutia a situação dos presídios (Amorim, 2003: 388)

Está-se diante de vários indícios, particularmente no sistema penitenciário, que apontam para a constituição de uma organização do crime na cidade de São Paulo. Outro ponto importante que se percebe nas opiniões de estudiosos e no Estatuto é a luta dos detentos contra injustiças e opressão no sistema penitenciário. O sistema é a base, contudo, aparece a importância do apoio externo para a manutenção do poder interno, o poder emana de dentro, todavia, é garantido fora da prisão, especialmente com relação à questão econômica, assim estava previsto uma contribuição dos membros do PCC (irmãos) que estavam em liberdade para os irmãos que estavam presos. O poder centralizador do PCC surge em cada linha do Estatuto.

Se, de início, era pautada pelo seu estatuto, que apontava para uma crítica ao sistema penitenciário, hoje em dia, segundo os depoimentos recolhidos nesta pesquisa, passa a se expandir por outros campos fora do presídio, tentando assegurar a sua sobrevivência econômica, com roubo de carga e de banco. O comprometimento dessas infrações com o tráfico de drogas sugere um processo crescente, o que implica transformações no perfil do tráfico de São Paulo. A peculiaridade do PCC é de sua sede estar constituída no presídio, e o contato com outros infratores que estão fora das cadeias. Isto permite a construção de uma rede que busca controlar, em várias regiões, o mundo do crime. Uma hipótese crucial consiste na possibilidade do PCC estar arraigado nas próprias entranhas do Estado, privilégio obtido às custas do suborno de grande parte de seus agentes. A corrupção e, muitas vezes, a intimidação de servidores do Estado, são

caminhos que os agentes destas facções encontram para sua efetivação. Sabe-se que nas penitenciárias de São Paulo não existe só uma facção. Contudo, nas últimas rebeliões, e com o auxílio persistente dos meios de comunicação, o Primeiro Comando da Capital, construiu-se e ganhou legitimidade perante a mídia como o grupo hegemônico.

A relação do PCC com o tráfico de drogas, pela pesquisa aqui exposta é grande, todas os pontos de drogas são registrados. Contudo continuam atuando em assalto a banco e cargas. Cada vez mais imbricado com agentes da segurança pública. Verifica-se um círculo vicioso, em que as perspectivas são apavorantes, o que faz lembrar Adorno (1993: 95): “Na troca da verdade e da mentira, que torna quase impossível manter sua diferença e se transforma num trabalho de Sísifo”.

No presente trabalho, estes indícios aparecem no discurso dos jovens inseridos no tráfico de drogas como um misto de medo, insegurança e exaltação. Nas esquinas e nos bares dos bairros pesquisados, da constância do medo e do silêncio, surge por vezes um ruído, apontando para os possíveis inimigos ou aliados. A ausência e a ineficácia do Estado de cumprir o seu dever cria um vácuo em que tanto o lado corruptível do Estado quanto a organização do crime se entrelaçam, o que pode produzir uma ambiência de terror. O substrato dessa relação é econômico, é a garantia do poder. O Estado, desta maneira, utiliza-se da prerrogativa do uso legítimo da violência para reforçar organizações que facultam a manutenção ou a expansão deste poder. Esta lógica incrustada em cada ação permite a utilização de todos os meios, particularmente dos ideológicos.

Os jovens trabalhadores do tráfico de drogas são considerados, com o empenho da indústria cultural, os responsáveis pela violência, e a um só tempo, as principais vítimas das mortes violentas nas estatísticas policiais. Os jovens desta pesquisa são um apêndice, ora indispensáveis, ora descartáveis, nas conexões internacionais da ‘indústria’ do tráfico de drogas e ocultam os reais beneficiados com esse que é um dos setores mais lucrativos da economia mundial.

Jovens que constantemente são seduzidos pelo apelo do consumo e que não conseguem opor resistência. Consumo que permite uma ligação com a sociedade integrada. Jovens que buscam um emprego formal, mas que são números da estatística de desempregados. São parte da periferia

da sociedade e estão postos em condições marginais. A sua identidade de *ser humano* adquire legitimidade ao passar pelo mesmo processo de massificação de toda a sociedade. No entanto, se estão fora do mercado de trabalho formal, não conseguem satisfazer as necessidades criadas pelos meios de comunicação, de forma ‘legal’. Se condicionam aos apelos da indústria cultural e consomem, não importando os meios para conseguir o que ‘desejam’.

São parte constitutiva de um exército de reserva de mão-de-obra, e a possibilidade de se tornarem ativos é muito remota. Muitos deles ‘optaram’, ou foram ‘empurrados’ para um outro exército, para um caminho de aceno lucrativo - o tráfico de drogas.

Os jovens, nessa estrutura, se não participam da produção, segundo as regras formais do mercado, o fazem de forma legal ao consumirem objetos. Ao utilizarem o dinheiro recebido como pagamento de trabalho realizado no tráfico de drogas, para comprar objetos no mercado legal, ‘lavam’ parte do dinheiro do tráfico e o incorporam à economia formal, “assegurando lucros para os empresários, a manutenção de pontos de trabalho e a arrecadação pública de impostos”. (Cruz Neto, 2001: 142)

A realidade descrita transforma-se, no momento em que estes jovens se tornam consumidores. Quando passam a consumir são valorizados. A sociedade passa a percebê-los como consumidores, não mais de drogas, mas de outras mercadorias ‘fetichizadas’, oficiais e legais. “O ar refrigerado do *Shopping Center* dissipa, por instantes, as barreiras: agora não importa investigar a origem do dinheiro, não interessa se eles moram em favelas”. (Cruz Neto, 2001: 143)

É importante ressaltar que estes jovens são parte constitutiva da economia do tráfico que, do modo apresentado, funciona à semelhança da economia formal, visto que as relações são caracterizadas pela organização do capital. Os trabalhadores, com estes característicos, são peças da engrenagem que movimenta a sociedade capitalista.

Sugere-se que os jovens ‘vendedores’ - ‘trabalhadores’ da indústria do tráfico, têm obrigações e seguem regras de trabalho. O contrato existente nas relações de trabalho é verbal. A punição para o desrespeito de uma regra pode ser a morte. Estes jovens são o elo entre o dono do pontos-de-venda e os consumidores, os fregueses da droga, garantindo sua circulação.

No contrato, uma das condições implícitas é a ‘lealdade’ ao patrão, o silêncio em relação à identidade do dono do ponto-de-venda. Os jovens vendem a sua força de trabalho que envolve o risco, no enfrentamento com a polícia e com os ‘concorrentes’. Vivem a ilegalidade, o sigilo e a necessidade de estar em constante estado de alerta. O uso da arma faz parte deste processo. Nestas condições, passam a pertencer a um grupo, a adquirir objetos de consumo, o que seria quase impossível por outros meios. E também, por causa disto, são reconhecidos e respeitados. Estas atitudes são reforçadas pela sua faixa etária, que em conjunto com o risco e a transgressão tornam estes jovens a parte mais vulnerável desta engrenagem.

As regras no tráfico são estabelecidas para que o comércio ilegal de drogas possa ocorrer de modo satisfatório e lucrativo. Há regras comuns no tráfico, mas as formas de aplicá-las são diferentes. As relações são assimétricas, o poder do dinheiro e do lugar ocupado determinam a situação, mas os elementos que garantem esta relação são, de um lado, o medo de ser morto, ou excluído da comunidade, e de outro, a necessidade de ser aceito no grupo. A manutenção do poder reside na condição de ser respeitado, seja por medo, ou dívida de gratidão. Este poder é mantido não somente à custa de armas, mas por lealdade, confiança, que estes jovens têm para com os donos de pontos-de-venda.

As relações existentes no tráfico de drogas também visam o lucro e a manutenção do poder vigente. Estrutura-se paralelamente uma sociedade que estabelece as mesmas condições de dominação.

Os traficantes se apóiam em sistemas de troca e produção e constroem formas de ação e de contrato para a manutenção de poder legitimado pelas normas vigentes no grupo. Este grupo transgressor das leis –normas de direito tornadas obrigatórias pela força coercitiva do Estado<sup>3</sup>, encontra formas para, dentro da criminalidade, regular as suas relações. As relações de poder são estabelecidas e legitimadas, tendo como referência os mesmos ícones da sociedade burguesa, o poder do capital.

Estes grupos reúnem condições para construir relações sociais subjacentes à marginalidade, especificamente em relação ao crime. Os valores do processo de sociabilidade possuem traços idênticos aos de uma socie-

---

3 Definição do dicionário Básico da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, JEM Ed. 1988 .

dade na qual as relações de trabalho ocorrem como forma de exploração. Assim, por atitudes despóticas apresentadas por traficantes-chefe se impõe o respeito pelo medo, ou pelo paternalismo que dissimula o excesso de autoridade sobre a forma de proteção que um grupo mantém-se estruturado. Para os jovens que ‘trabalham’ no tráfico é a possibilidade de um lugar de continência. Constituem-se formas de lidar com os conflitos que ocorrem em um grupo que, sob condição marginal, busca sobrevivência e garantia de poder.

Nestas relações são identificadas regras que não disfarçam a dominação. E nisto difere da hipocrisia das regras do contrato social burguês, em que a dominação está dissimulada e esta máscara torna-se um mecanismo elaborado de manipulação. Pois apesar destas leis, da justiça estatal possuir um caráter universalista, na prática a sua aplicação é desigual e ineficiente para os moradores das comunidades periféricas, que não tem baixo poder aquisitivo. Na realidade, esta justiça estatal se caracteriza por atender de forma desigual e discriminatória, tanto em relação às questões raciais, de moradia e sociais. Desta forma, a lei que se inscreve no Estado democrático, só é exercida para os integrantes da classe privilegiada.

Têm-se a partir destes depoimentos dos jovens alguns indícios de como é o sistema coercitivo do tráfico. Os conflitos da comunidade envolvida no tráfico e no crime em geral são resolvidos por meio de um mecanismo –o debate– em que os interessados se reúnem para discutir, que tem um caráter deliberativo e consultivo. O *Debate* é dirigido por um membro do Primeiro Comando da Capital, que a partir da escuta das partes envolvidas e das testemunhas avalia com o auxílio do ‘torre’ (grupo hierarquicamente superior, que dentro dos presídios, auxilia no veredicto do caso julgado, que buscam garantir as coordenadas políticas da facção). Esse espaço decisório tem como base código de conduta conhecido como “proceder”<sup>4</sup>. Marques (2008) afirma que o “proceder” enquanto substantivo, portanto, alcança essa complexa relação entre “respeito”, “conduta” e “atitude”.

---

4 Segundo Marques (2008) o proceder “ora é definido, simplesmente, como “regras” (Mendes, 2001: 62), ora como “um código de honra” (Jocenír, 2001: 21), ora como “princípios de honra” (Rodrigues, 2002: 18), ora como “normas de conduta dos detentos” (Jocenír, 2001: 85) Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis oficiais do Instituto e que nos governavam, implacavelmente” (Mendes, 2001: 159-160).

Nesse processo, um dos pontos primordiais é a ‘caminhada’ do acusado, isto é, é averiguada a história do acusado, as tuas atitudes e todas as informações sobre o caso a ser julgado. Outros membros do PCC são acionados, para garantir que decisão esteja de acordo com as regras da facção. Muitas vezes o padrinho do irmão é chamado, pois é ele quem em última instância é responsável pelo membro batizado. Considerando que para uma das condições de ingresso na facção é ser apresentado por um membro que o batiza. A partir deste momento, este membro, o padrinho é também responsável pelas atitudes do seu afilhado. Nestes espaços são arbitradas sobre a vida e a morte dos acusados. Os jovens afirmam que é no debate, que eles têm a oportunidade de se defender, consideram este espaço legítimo onde poderão explicitar o teu ponto de vista. Apontam, que todo o movimento, todas as atitudes são consideradas no debate, o olhar, é o mais importante, e este é uma das características definidoras do veredicto. Pois, o olhar *o olho no olho* denuncia quem esta falando a verdade. Os jovens valorizam o debate como o espaço legítimo de resoluções de conflitos e consideram, que estes espaços possibilitam uma escuta verdadeira, alegam que no outros espaços (como a escola, por exemplo), não tem a mesma oportunidade que no debate, quando tem uma segunda chance. Nestes espaços, sentem-se respeitados, são escutados e suas atitudes são examinadas e valorizadas. Assim, é importante não ‘vacilar’, a voz não pode tremer, pois é na presença de testemunhas e de membros do PCC, que o jovem vai defender a tua vida.

O Primeiro Comando da Capital torna-se a forma de se instituir as regras de convivência. Os debates são legitimados pela facção e por alguns membros da sociedade como responsável por garantir a ordem e mediar conflitos na comunidade. No imaginário das comunidades situadas na periferia de São Paulo, este poder coercitivo contrasta-se com as normas constituídas pelo Estado, pois percebem que tem a possibilidade de serem respeitados e escutados.

Um outro aspecto a ser considerado é a violência com que estes jovens vivem no seu cotidiano. O medo, o suborno, a corrupção são discursos que permeiam esta realidade. Na verdade, são os mecanismos discursivos do crime e do poder.

Esta violência está associada a múltiplos fatores: ao *crack* que impulsiona os usuários a todo o tipo de atitude a fim de obterem a droga; à polícia, que como agente representante do Estado, em muitos casos age de forma corrupta e cruel e desta forma lugar que deveria garantir as leis se imiscui com o lugar do crime. Nesta relação, o tráfico de drogas se perpetua. A violência é exercida também pelo traficante nas disputas entre pontos-de-venda, ou nas punições espetaculares, quando se infringem as regras. O roubo é outro fator de violência, que ocorre em conjunto com este processo. Alguns dos jovens entrevistados ‘trabalham’ no tráfico e roubam/assaltam muitas vezes, para sustentar o próprio vício. A violência se mantém porque é internalizada pelos sujeitos que a sustentam.

Os comportamentos marginais, apesar de neles haver discriminação e de serem sujeitos de punição social e/ou legal, acabam se afirmando e se ampliando, criando estratégias de sobrevivência que instauram novos códigos simbólicos que permitem outra ordem. Estes jovens ‘trabalhadores’ do tráfico ao romperem algumas estruturas, colaboram com a manutenção de outras. Ao pertencer a este universo de relações existentes no tráfico, rompem com os valores da sociedade e passam a fazer parte regras e valores constituintes desta relação.

Estes jovens se constituem na mesma lógica da sociedade capitalista. São atraídos pelos mesmos ícones: competição, poder, astúcia, mulher, dinheiro, arma, carro, entre outros e que lhes dão legitimidade. Forma-se, assim, uma sociabilidade na qual a busca do poder ocorre por meio de elementos de legitimidade semelhantes aos dos jovens que não atuam no tráfico e que ressignificam os modelos do discurso dominante.

O jovem no tráfico, ao não encontrar reconhecimento nas instituições legítimas da sociedade, procura outra forma de ser reconhecido. A falta de perspectiva quanto ao futuro desta sociedade que tornou-o marginal é uma das razões que o motiva a ter um lugar, no qual pode ser respeitado, e obter dinheiro; nas relações do tráfico, o jovem busca a aquisição de bens reconhecidos e socialmente valorizados.

A possibilidade da construção de uma identidade destes jovens, perante a irracionalidade da sociedade capitalista, ocorre também a partir do ato de consumir. A irracionalidade desta ocorre pela exploração do homem e pelas relações transformadas em coisas, marcadas pela troca como

lei universal do mercado. As leis do mercado determinam os vínculos entre os incluídos de qualquer origem. Este jovem é valorizado se absorve as regras e valores da sociedade, de outra forma, e este mesmo jovem é transformado em um exemplo negativo, que supostamente explica todas as desgraças sociais. “A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (Martins, 1997: 32)

No discurso dos jovens entrevistados, pode-se perceber a ausência de perspectivas e uma luta pela preservação da vida, movida pela presença da perspectiva de morte.

A complexidade do discurso dos jovens entrevistados permitiu que se contemplassem vários focos que se entrelaçam nas encruzilhadas que a vida lhes apresenta, e que marcam a sua subjetividade. Essa subjetividade é constituída por comportamentos compulsivos, talvez por conta do risco, quando a astúcia é a forma empregada o tempo inteiro na tentativa de contornar as situações opressivas do cotidiano, o que lhes permite tomar decisões até nas piores condições, e a crueldade como resposta a numerosas humilhações sofridas. Há que se considerar que estar em estado de alerta produz nesses jovens a necessidade de criarem mecanismos de enfrentamento que se ajustam o tempo todo. É necessária astúcia para lidar com as artimanhas do seu ‘trabalho’ e do seu cotidiano.

O percurso que essa pesquisa permitiu observar evidencia que o trabalho no tráfico é uma atividade muito arriscada, por inscrever-se na ilegalidade, o que coloca o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade às regras do sistema representado quer pela polícia ou pelo traficante. Esse risco é constante e muitas vezes determina comportamentos e escolhas, ressignificando alguns valores, desejos e aspirações. Para os sujeitos desta pesquisa, a morte é uma presença constante, não a morte natural como consequência da velhice –degeneração natural– é, sim, uma morte trágica. Observa-se que a perspectiva de morte faz desses jovens reféns de uma sobrevivência sofrida e angustiada, cada dia de suas vidas lhes é apresentado como uma prorrogação da existência, são os sobreviventes. Aos 18 anos já se consideram velhos. É viver sob a persistência da morte, o que pode justificar suas atitudes compulsivas, como as de viver tudo intensa-

mente e de modo exacerbado, ganham muito dinheiro e gastam de imediato. A vida para os jovens desta pesquisa tem um custo, contudo, arriscar-se vale pelo que se ganha. Os jovens transgridem e pagam um preço por essa possibilidade de liberdade.

A atitude dos jovens analisados nesta pesquisa é de alerta constante. A experiência do risco iminente e a presença agressiva da ordem pública contribuem para a aquisição de certos mecanismos para evitar e/ou reduzir os mesmos. É necessária astúcia para lidar com as artimanhas do seu 'trabalho' e do seu cotidiano. As atitudes desses jovens procuram arrostar o medo e com elas buscam manter a vida. Entende-se que esse processo os coloca no limite inimaginável do estresse que constitui o espaço vida e morte.

No entanto, é contraditório que o tráfico, por seus característicos, possa tirar a vida daqueles que nele se inscrevem e, ao mesmo tempo lhes facultar viver a vida.

A crueldade dos jovens surge também como resposta à humilhação. Desrespeitados, agredidos, vão constituindo formas tão agressivas quanto às quais estão submetidos, para enfrentar qualquer um que designem como inimigos. Isso pode significar a revolta associada à desigualdade social e também à necessidade de reconhecimento. São histórias que mostram como os jovens se submetem e subjugam a outros sujeitos.

Esses jovens, ao buscar uma forma de identificar-se para sair do anonimato numa sociedade que os marginaliza, são lançados em uma situação que mantém e reproduz, na ilegalidade, alguns mecanismos de opressão e dominação do mundo regido pela economia legal. Incluídos dessa forma e, postos à margem por outra, procuram meios de ressignificação. Se trabalhar no tráfico lhes faculta a obtenção de alguns ícones de progresso, essa possibilidade lhes imputa como preço a própria vida.

Esses jovens potencializam a expressão das subjetividades atuais. Subjetividades construídas sob condições objetivas irracionais. Os 'trabalhadores' do tráfico sacrificam-se em um trabalho. Consomem por indução da indústria cultural, e o fazem de forma compulsiva. Sobrevivem por meio da astúcia, elemento valorizado na sociedade do nosso tempo. Por vezes, apresentam, sem disfarçar a violência e a frieza da nossa sociedade.

Revelam, por meio de sua breve expectativa de vida o quanto, nos dias de hoje, o homem é vulnerável e reificado.

Procurou-se produzir uma crítica sobre essa realidade e seus atores. Considerados culpados de todos os males da atualidade, estes jovens denunciam *subjetividade* da sociedade atual. Talvez representem da forma mais veemente as contradições latentes de uma sociedade que, ao negar esta realidade, aproxima-se cada vez mais da barbárie

## Bibliografia

- Adorno, R. (1996). *Projeto: “Crianças e jovens em trânsito para a rua”*. Relatório de pesquisa. São Paulo: FAPESP/Faculdade de Saúde Pública - USP.
- Adorno, S. (1993). “Experiência precoce da punição”. En *O Massacre dos inocentes*, J. S. Martins (Org.). São Paulo: Hucitec.
- Adorno, Theodor (1986). “Acerca de la relación entre sociología y psicología”. En *Teoría crítica del sujeto*, H. Jensen (Org.). Buenos Aires: Ed. Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T. y M. Horkheimer (1996). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Guido Antonio de Almeida (Trad). Río de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Amorim, C. (1994). *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Río de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_ (2003). *CV-PCC: A Irmandade do Crime*. Río de Janeiro: Editora Record.
- Blat, J. C, M. Christino y R. Porto (2003). “Levantando o véu do crime organizado”. *Entrevista a Caros Amigos* Año VI, N. ° 70, enero de 2003: 32-37.
- Castells, Manuel (2000). *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cervini y Burguer (1991) “O menino Trabalhador no Brasil urbano dos anos 80”. En *O trabalho e a Rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez Editora.
- Cruz Neto, O., M. R. Moreira y L. F. M. Sucena (2001). *Nem soldados, nem inocentes. Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Feffermann, M. (1997). *Na Fronteira da Lei e do Fora -da- Lei- Um estudo sobre o discurso de crianças e adolescentes da periferia do município de São Paulo*. Disertación de maestría - Instituto de Psicologia. São Paulo.
- Horkheimer, M. y T. W. Adorno (1978). *Temas Básicos de Sociología*. São Paulo: Cultrix.
- Jocenir. (2001). *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial.
- Marques, Adalton José (2008). “Proceder’ e relações políticas entre presos do Estado de São Paulo”. En *Sistemas de justiça criminal e segurança pública em perspectiva comparada: administração de conflitos e construção de verdades*. São Paulo: NUFEP/UFF.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus.
- Marx, K. (1999). *Para a crítica da Economia Política do Capital e O rudimento e suas fontes*. São Paulo: Editora Nova cultural.
- Oliveira, F. M. C. (2003). “Dinâmica Global e Dinâmica Local: Tensões e contribuições”. En *O clássico e o novo. Tendências objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*, P. Goldemberg, R. M. G. Marsiglia y M. H. A. Gomes (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Porto, R. (2003). “Levantando o véu do crime organizado”. En *Caros Amigos*. São Paulo: 01/2003 N.º 70.
- Rocha, L.C. (1994). *A prisão dos pobres*. Tesis de doctorado, Instituto de Psicologia da USP. São Paulo: 1994.
- Rolnik, R. (2001). *São Paulo*. São Paulo: Publifolha.